

A ELEIÇÃO E O HOMEM COMUM

Rubem Braga

1232
EM um daqueles rompantes muito seus, o sr. Carlos Lacerda disse que se o sr. Flexa Ribeiro ganhar a eleição, ganhará apesar do marechal Castelo Branco, e, se a perder, perderá por sua culpa.

Há alguma verdade e muito exagero nisso. É admissível que uma grande parte da população, sofrendo as consequências da política financeira do governo federal, vote na oposição. O governo federal tem feito uma política im popular, e sabe disso.

Nunca poderá ser popular, por mais justa que seja, uma política de combate à inflação. Fazê-la aceitar de boa mente só seria possível com uma sensibilidade política que os ministros Campos e Bulhões não têm nem fazem questão de ter. Pelo contrário, já notei até um certo prazer sádico na expressão do sr. Roberto Campos quando ele confirma certos aspectos desagradáveis de sua política; quando, por exemplo, admite a ruína de certas indústrias, acrescentando com superioridade que tais indústrias são obsoletas, anti-econômicas. Sejam o que forem, são, em muitos casos, indústrias que fazem viver milhares de pessoas. Não move o governo uma palha para encontrar outro meio de vida para essa pobre gente; condena-a simplesmente à miséria, quando poderia utilizá-las em planos de obras públicas, coisa fácil em um país em que há tanta coisa a fazer.

No Rio há muita gente que vive do salário-mínimo, ou para dizer com mais precisão, sobrevive à custa do salário-mínimo de 66 mil cruzeiros. Desde que ele foi fixado nesse nível, o custo de vida subiu gravemente; não da maneira vertiginosa com que subia antes, mas de maneira a transformar a pobreza do trabalhador em miséria.

Que se fez para minorar a aflição dessa massa? Nada. Só vimos uma «colher de chá» oferecida pelas autoridades federais: o financiamento da Caixa Econômica Federal para a compra de automóveis, iniciativa, aliás, muito mal executada. A grande massa do povo não precisa de facilidades para comprar carro; precisa de comida e de roupa, principalmente de comida. É inegável que os esforços federais no sentido de abastecer a população a preços razoáveis fracassaram redondamente. E as autoridades estaduais também não fizeram coisa alguma de apreciável nesse sentido.

Se cada dia a vida está mais cara e a comida mais difícil, como esperar que a maioria do povo esteja contente com seus governantes?

Grandes obras fez o governo Carlos Lacerda; mas em que proporção essas obras contribuíram para minorar os problemas imediatos, urgentes, do homem carioca? Falo do homem concreto, do pequeno comerciante, do operário, do empregado, não falo da coletividade; porque não é a coletividade, é o eleitor que vota; é o eleitor fulano, mais o eleitor beltrano, mais o eleitor sicrano, e não uma entidade abstrata chamada povo. Se a conta do gás, da luz, da água, do imposto predial aumentam, o arroz e o feijão aumentam, a carne aumenta e some da praça, e o salário fica no mesmo e ainda surge o fantasma do desemprego — como imaginar que o cidadão eleitor vote no governo?

E o pior é que a candidatura do sr. Flexa Ribeiro, pela pompa oficial e custosíssima que a cerca, pela falta de tradição política do candidato, pela sua sujeição estrita aos interesses da campanha presidencial do sr. Lacerda, é uma candidatura cem por cento governo, oficialíssima, lançada, promovida e paga pelo governo. Isto, é certo, lhe dá muita força; mas também é inevitável que lhe dê muita oposição.

Não digo que o sr. Flexa Ribeiro vá perder; admito que possa ganhar. Mas não causará espanto a ninguém uma derrota — e lançar a culpa dessa derrota sobre o governo federal pode ser muito cômodo, mas só em pequena medida será justo — e, sobretudo, não resolve nada.

DN 2. 10. 65